

O arrocho do
salário chega
a Brasília
(Pág. 11)

UnB - BIBLIOTECA CENTRAL

Campus

Jornal-laboratório do Departamento
de Comunicação da UnB

Nº 59 Primeira
Quinzena de Novembro

298.4(817.4)(250)
102 61 144
O humor num
país que anda
meio triste
(Pags. 10 e 12).

Informática em nossas mãos



Primeiros semi-condutores (chips) fabricados industrialmente pelo Centro Tecnológico de Campinas. Linha piloto implantada em 18.10.83.

**Machismo e
violência
sexual**

(Página 5)

*Empresas multinacionais,
aliadas a grupos
nacionais entreguistas,
pressionam o Governo
para "abrir" o mercado de
informática. Mas núcleos de
resistência oficial têm se
mantido firmes na decisão
de reservar o setor para
a indústria nacional.*

(Páginas 6 e 7)

**Como nós
fazemos
as leis**

(Pág. 9)



Guará é campeão.

Você sabia?

Domingo, 16 de outubro. Acordo seco pra saber o resultado de Guará e Sobradinho. Se o Sobradinho tiver vencido — não é difícil, joga em casa — vou ver o meu Gama decidir o campeonato à tarde com o Tiradentes, lá no Bezerrão. Sou Gama. Não fanático como a Teresa e suas outras irmãs baianas, que acompanham o time, botam camisa e, a cada ataque do adversário, viram-se de costas para o campo, tapam os ouvidos, metem um ramo de sibipiruna na orelha, como se fosse galho de arruda, e olham para o céu, clamando a Deus que fique verde-branco. Claro, não chego a isso, mas vou logo comprar os jornais. Decepção. Não dizem nada do jogo de ontem. Ligo pras redações. Ninguém, só amanhã. Ligo pras tevês, pras rádios. Ou não atendem ou ninguém sabe de nada. Na Planalto, onde o departamento de esportes acabou, é que me informa a telefonista: Guará venceu, é campeão. Azar meu, da Teresa, da charanga. O jeito é esperar o quarto turno e criar um sistema alternativo de informação sobre o campeonato de futebol candango. A imprensa não quer nada mesmo com a gente. Por quê, hein? (William Santiago, Campus).

Voz em defesa da mulher

Quando uma mulher é estuprada, ela é agredida no fundo de sua intimidade, que é sua sexualidade. É um assunto polêmico, cheio de tabus e de leis preconceituosas e injustas (as pessoas do futuro certamente não acreditariam nas leis que regulam o crime se não tivesse havido precedentes ainda mais absurdos na história da humanidade). A Justiça, última consequência dos fatos, é característica da profunda discriminação (palavra tão batida!) contra a mulher: ela era virgem? Insinuou-se para ele? (Porque ele é um animal em constante, incontrolável e justificado estado de excitação). Ela sentiu prazer? Não pensem que este muro é mais um discurso indignado em favor da liberação da mulher ou coisa parecida. Se para alguns o discurso feminista é vazio e desprezível, vamos falar de coisa séria, que é a compreensão da violência sexual à mulher como um direito humano violado. É com o agravante de que as dimensões da violência nem reconhecidas são, pela Justiça e pela sociedade, é o que se conclui pelas leis e pelos comentários de várias pessoas. Será que o estupro precisa chegar à casa de cada um para que alguma coisa seja feita? (Rosane Reis).



Poder e Imprensa S/A

Invadindo a ilha de Granada, Reagan torpedeou a independência de um país e de seu povo. Pouca vergonha. Dois jornalistas brasileiros — Paulo Francis pela TV Globo e Alexandre Garcia, através da rádio Manchete FM — defenderam o abuso cometido pelos americanos. Vergonha nenhuma. Os ilustres comentaristas defenderam uma intervenção condenada até pelos ingleses, com o argumento de que o a política de combate ao "perigo soviético" é realista.

Desse modo mostraram que são mais realistas que o rei (ou a primeira ministra) e que o compromisso do jornalista com a verdade pode ser rompido sempre que o sistema dá uma piscadela e o convida para uma boa noite. Eis aí, então, dois indignados para uma invasão bem sucedida: forte poderio militar e uma imprensa vendida e bem covarde disposta a legitimar o golpe perante o público. (Nelson Luiz, Comunicação).

Roliúdi, caubói e Granada

No momento de maior tensão, quando os cruéis peles-vermelhas — ou o bando de velhacos — cercavam a caravana, a Sétima Cavalaria apontava, salvadora no horizonte. Aí a platéia se levantava e batia palmas delirantes, pois se sabia que o final, mais uma vez, seria feliz. Alguns dias atrás, não no cinema mas na cena internacional, quem quisesse podia bater palmas de novo, porque "eles" estavam de volta. Não esporeando os bravos corcéis, por terra, mas por mar e ar. Comandando-os de seu "bunker" — hoje não dá pra fazer justiça pessoalmente, vocês não de

convir — o valoroso mocinho, de nobreza exemplar, mas que, quando é preciso, é macho barbaresco, tchê! Numa hora dessas é fazer, não falar. Mostrar serviço, que as eleições estão aí e tem muito aventureiro querendo lançar mão, isn't it? Come on, boy. E nas mãos de quem fica melhor? Claro que nas do Paladino da Justiça em versão 2001, Ronald "Rin Tin Tin" Reagan, o que pode fazer na vida real o que fazia nas telas de Hollywood. Cuidado, Nicarágua! Depois de Granada, podem começar a gostar demais da brincadeira. (William Santiago, Campus).

Pequeno aviso aos navegantes

Que não me entendam mal: mas onde se lê "A Redação" no ESPAÇO publicado na edição passada do Campus, não se lê "Guilherme Soares". Fundamenteiramente, o que importa: a "imagem denegrida" da Universidade de Brasília ou o que acontece na UnB? (Guilherme Soares).

O VÔO DE TODOS OS BEIJOS



Vivendo o vôo de todo beijo

Para os que entendem que um beijo não é necessariamente o crime de uma boca; e para todas as pessoas do mundo: pobres homens ricos, mendigos de gravata e lúcidos embriagados, "que bebem para esquecer a vida". Está voando pela Universidade, nas asas da poesia, as idéias mágicas de Anand Rao neste O Vôo de Todos os Beijos. Talvez o melhor beijo que o Poeta poderia oferecer ao país de suas andanças: o Brasil. Restam regar as flores do país para que elas façam parte dos nossos corações e almas, e não apenas do jardim. Resta-nos oferecer o beijo de misericórdia pelo qual espera milhões de crianças inocentes e adultos indefesos. Eis o livro. Eis a livre atuação do beijo, pois o beijo é a mensagem nas palavras de Anand. "Viver os dias ainda não falados, falar de dias ainda não vividos". (Décio Rodrigues).

É preciso estômago... Ufa!

Você já comeu a LTN à brasileira? Não? Então talvez prefira, quem sabe a ORTN à moda da casa? Mas caso você não tenha estômago para pratos do restaurante econômês, vá preparando o seu. O índice de produtividade do país, segundo o governo, é ZERO. Enquanto nada se produz, o dinheiro vai se reproduzindo. Muita gente por aí anda parando de aplicar na indústria e até na agricultura para

aplicar nos papéis do governo. É uma coisa de louco, bancos dando 600% de lucro ao ano e o sistema agrícola cada vez mais falido. O dinheiro que antes era aplicado para produzir o arroz com feijão está produzindo juros, divididos e correção monetária. Se continuar assim, vamos preparar o estômago, embora a celulose seja indigesta. (Paulenir Constância - Campus).

Viver a crise com caviar

O banqueiro Olavo Setúbal, ex-prefeito de São Paulo, disse aos empresários gaúchos que "é preciso conviver com a crise se quisermos superá-la". Pra você é fácil, Olavo! Como presidente do Banco Itaú você não enfrenta nenhum dos sérios problemas que cada brasileiro é obrigado a encarar nesta hora. Lucrando em cima da crise, os banqueiros têm mais o que pedir sua continuação. Isso porque não são obrigados a cancelar seus jantares, deixar de comprar seus elegantes ternos ou privar-se de viajar e gastar o que quiserem. Do alto de sua tranquilidade monetária é muito fácil exigir que convivamos com a miséria. Compreendamos, a ocasião faz o cínico. (Nelson Luiz, Comunicação).

Achatando sem fazer média

Há poucos dias o governo decretou explicitamente o achatamento da classe média. Essa mesma classe média que vinha desde há muito sentindo seu salário diluir-se como uma pedra de gelo. Essa mesma classe média que sabe de todas as trapaceiras e ardis utilizados para benefício de muito poucos. Que sabe também que jamais terá vez nessas malquistas benfeitorias. Então, o que irá acontecer, já que agora o governo resolveu atacar a casta mais importante da sociedade? De nada vai adiantar a Maria Antonieta do Planalto dizer ao povo que como bróchos, porque barriga vazia deixa o povo surdo. Lembram-se? (Ieda Prestes).

Mônica X Tio Patinhas

O mercado de quadinhos do Brasil conta com a participação de apenas 10% de produção nacional!!! As indústrias multinacionais americanas dominam esse mercado desde os anos 40, colocando o seu produto no país como matéria editorial, isenta de impostos. Com isso, fica mais barato para o editor nacional usar histórias americanas do que pagar o salário de um artista brasileiro.

Trata-se de um círculo vicioso. Sem a mínima disponibilidade de tempo para se dedicar ao próprio trabalho, e ainda mais desmotivados por uma baixa

remuneração, os artistas são forçados a apresentar um trabalho de qualidade inferior, dando pretexto às editoras recorrerem aos "enlatados", de baixa qualidade. Porém, eles contam com uma tradição de quase 50 anos, tempo bastante para se enraizar no mercado brasileiro, com a multinacionalidade que os torna mais baratos e, com a acomodação do empresário nacional, acostumado com o quadrinho "enlatado". E assim, mais uma vez, o trabalho criativo do artista nacional é posto de lado em nome do consumismo. (Lilian Mandel).

Campus

Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação. Supervisão Editorial: Profs. Murilo Cesar Ramos, Carlos Augusto Setti e Arcelina Helena. Editora de fotografia: Luiza Venturelli. Fotografos: Márcia Suyene, Hélio Vieira. Diagramação: Vitorino N. de Souza (JBr) e Reinaldo Freitas. Ilustração: Peninha. Colaboração: Racsow.

Editores: Marcelo Coelho, Paulenir Constância e Pedro Coe (UnB); William Santiago, Ieda Prestes e Luiz R. Nader (Comunidade); Ilara Viotti e Luiza Modesto (Nacional); Marcelo Vieira e Sandra Fernandes (Internacional); Ar-

nando Bulcão e Cristina Gutemberg (Cultura); Humberto Pereira e Sheila Perru (Ciência).

Repórteres: Anand Rao, Carlos A. de Almeida, Catia de Abreu e Souza, Dércio Rodrigues, Diogo Neto, Glória Carvalho, Guilherme Soares, Heloisa Vieira, Jurema Campos, Kido Guerra, Lavina Ribeiro, Leda Pinto, Luiz C. Alves, Lilian Mandel, Manuel Hollanda, M. Amélia Bezerra, M. Cristina Bezerra, Rodrigo Fonseca, Sarita Carvalho e Walcyra Santiago.

Endereço: Departamento de Comunicação/UnB, 70.910, Brasília-DF, Telefone: 274-0022, Ramal 2463.

Filosofia: um remédio para a apatia da UnB

O crescente interesse dos alunos pelas matérias da área de filosofia e a pragmatização do ensino universitário nos últimos anos alertaram professores e Administração Central da UnB para a importância da filosofia no contexto da universidade. A criação do Departamento de Filosofia na Universidade de Brasília está a meio caminho.

O professor Estevão Martins, um dos 9 professores de filosofia na UnB, está como a maioria lotado no Departamento de Geografia e História. Ele defende a ideia de criação de um departamento para a área por "levar em conta a contribuição que o curso pode trazer para a atual crise do ensino universitário".

Segundo o professor, "até 1976, a filosofia esteve hibernando na UnB. De 76 a 78 houve contratação de vários professores: Nelson Gomes, Celestino Pires, Geraldo Tonaco, Ubirajara Carvalho, Raimundo Damasceno e Guilherme Termeron, o mais antigo, e eu próprio. Em 77, assumimos a cadeira de Introdução à Metodologia Científica e oferecemos uma gama de matérias optativas e obrigatórias bem ampla, como Introdução à Lógica, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico e diversas disciplinas de cunho epistemológico a nível de graduação e pós-graduação para praticamente todas as outras áreas."

"Nesse mesmo ano", continua o professor, "foi criada a Semana de Filosofia da UnB, que em setembro de 1983 completou a marca de 11 eventos já realizados tendo gerado várias publicações. As Semanas de Filosofia sensibilizaram a comunidade universitária para a função crítica e formadora da filosofia. Essa formação se faz através de uma capacitação para o exercício da reflexão e análise sobre a tradição do pensamento ocidental e sobre a atualidade".

O aumento da demanda por parte do corpo discente em primeiro lugar, e posteriormente do corpo docente, gerou necessidades de se abrir o curso de filosofia na UnB. Um curso de filosofia reformulado, foi então sendo estruturado: um núcleo de referência composto de um vasto elenco de disciplinas optativas de natureza epistemológica e matérias interdisciplinares, tais como, Filosofia do Direito, da História e da Psicologia.

METODOLOGIA

A metodologia usada nos cursos de filosofia da UnB é sempre a escolha de um texto de um grande autor ("O que é Filosofia?", de Heidegger, ou "O Prefácio à Crítica da Razão Pura", de Kant, ou "O Existencialismo é um Humanismo", de Sartre, ou "Teoria Tradicional" de Horkheimer e Adorno), e a partir do texto começa-se a reconstruir a trama, a visão do centro, no tempo em que o autor viveu.

O acesso ao curso de filosofia não é feito através de vestibular, e sim através de recursos de duplicação, mudança de opção, transferência ou Portador de Diploma de Curso Superior (D.C.S.). Para pós-graduação pode-se ingressar no curso a partir da formação em qualquer área.

Para se conseguir a criação do Departamento de Filosofia como unidade administrativa, os professores da área têm como prioridade a elevação do número de docentes para 15, até 1987, quando então seria efetivamente constituído o núcleo. A Administração Central tem oferecido um bom apoio à criação do Departamento, tendo em vista da qualidade dos serviços prestados, porém, a falta de verbas e contenção de despesas deixam o projeto na fila de espera.

"A universidade atualmente é uma fábrica de engrenagens, impondo a mecanização do pensar, a formação voltada para uma função produtiva e para uma atuação mais ou menos neutra no mercado de trabalho", diz ainda o professor Estevão. Para ele, a universidade não pode ser somente uma produtora de mão-de-obra especializada. Tem função também de ser uma mina de criatividade, "um borbulhar de invenção".

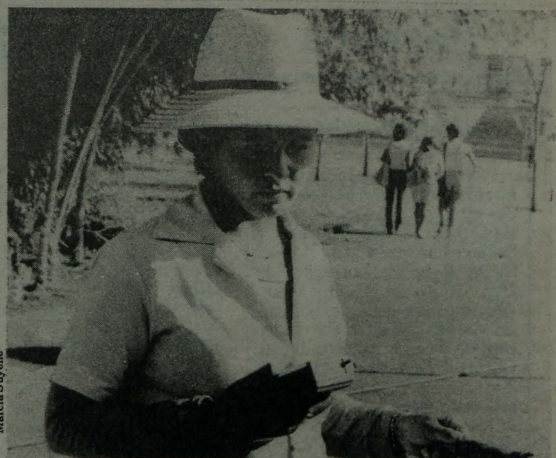
Essas últimas funções nos últimos anos saltaram para fora da universidade. Instituições como o CEBRAP (Centro Brasileiro de Pesquisa), IUPERJ (Centro de Pesquisa e Documentação do Rio de Janeiro) preencheram de certa forma essa lacuna deixada pela universidade brasileira dos últimos tempos.

Para quem estiver interessado em cursar filosofia, mas teme quanto ao futuro do seu diploma, convém ressaltar que está havendo um forte movimento de retorno das disciplinas filosóficas para o 2º Grau tais como: Introdução à Ética, Introdução à Lógica e História do Pensamento. Três encontros nacionais dos Departamentos de Filosofia já foram realizados sobre o tema, que conta com a simpatia das Secretarias de Educação Estaduais e do Ministério da Educação e Cultura.

ALGUMA FILOSOFIA

"Cada era na História da filosofia tem as suas próprias preocupações, ... na filosofia, a disposição de problemas é a coisa mais importante com que uma escola, um movimento, ou uma época contribui. Aí reside o "gênio" de uma grande filosofia; à sua luz os sistemas surgem, dominam e morrem. Uma filosofia, portanto, caracteriza-se mais pela formulação de problemas do que pela solução que lhes oferece", escreve Susanne K. Langer no livro Filosofia em Nova Chave.

O crescimento do interesse das pessoas de um modo geral pelo estudo da filosofia, pode estar ligado à relativa descompressão dos meios político-sociais, quando se descobre a existência de perguntas elementares ainda não respondidas, como disse Edgar Morin na Introdução do seu livro "O Enigma do Homem": Não posso de modo algum, atribuir-me uma perspicácia ou uma imaginação especiais. Creio, apenas, que eu formulava uma daquelas perguntas ingênuas, banais, evidentes, que todos formulavam entre os 7 e os 17 anos de idade e que são inibidas, recalçadas, asfixiadas, ridicularizadas logo que entramos na Universidade e nas Doutrinas. (Pedro Coe).



Cada um cumpre sua obrigação, sem uma maior integração.

Funcionários querem maior participação

Casa de ferro, espeto de pau. Dentro de uma instituição que tem como objetivo a produção de cultura e conhecimento, muito provavelmente existe quem não se beneficie deles. Na UnB, a grande maioria dos funcionários está diretamente ligada à pesquisa e ao ensino sem, contudo, tomar conhecimento daquilo que está sendo desenvolvido.

O funcionário, antes de qualquer preocupação científica, tem obrigações administrativas e/ou burocráticas, que não permitem que ele sequer sonhe em se beneficiar da produção acadêmica, excluídos evidentemente aqueles que ocupam cargos decisórios ou que tenham formação acadêmica superior. Mas a grande maioria, sejam vigilantes, jardineiros ou auxiliares de secretaria, se encontra à margem do processo.

Seria papel da universidade possibilitar o acesso de seus funcionários às atividades acadêmicas? Por enquanto, isto não é possível na UnB, mas este assunto vem causando polémica nos meios docente e discente. Por ocasião do ENFIM — UnB — Encontro pelo Fim, da Intervenção na UnB — realizado há pouco mais de um mês, houve uma grande divergência de opiniões quanto à participação dos funcionários no processo de democratização da Universidade. Para uns, é preciso abrir este espaço. Para outros, os próprios funcionários devem conquistá-lo. No impasse, eles saem, perdendo pois, como afirma Conceição Lopes, Chefe do Serviço de Apoio Cultural da DAC e Diretora Social da ASPUB, "o funcionário é temeroso de participar de qualquer atividade política, mesmo as mais simples, como reivindicações salariais".

DISCRIMINAÇÃO

Outro aspecto é a abertura dos cursos regulares para todos os servidores da UnB, o que não é permitido pelo seu contrato de trabalho, sob a alegação de que isso prejudicaria suas atividades enquanto funcionários. Paulo Silveira, há dois anos na UnB, e atualmente lotado na secretaria do departamento de Psicologia, estuda Direito no CEUB, mas defende o direito de poder estudar aqui. "Sei que para isso seriam precisos mais professores, mas as mensalidades das faculdades particulares estão cada vez maiores e o salário mal dá para cobrir".

Mas não são todos que se ressentem de uma maior integração. Existem aqueles que, já gra-

duados, são contratados para desempenhar funções primordiais nas pesquisas, junto aos professores. Leila Santos, bióloga formada em São Paulo (a UnB tem como norma não contratar as "pratas da casa"), trabalha no laboratório de Fitopatologia e afirma que não se sente discriminada no trabalho. "Pelo contrário, os alunos me tratam como a um professor".

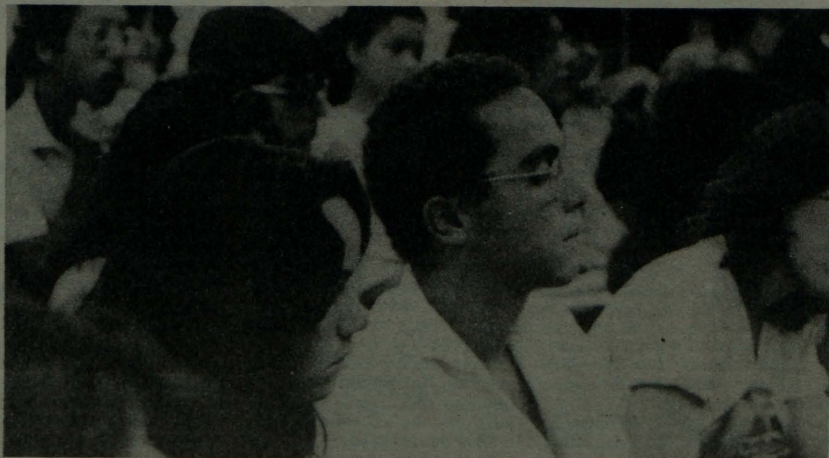
As maiores reclamações quanto à discriminação provêm dos vigilantes, para quem o rótulo de "cana" não lhes cai bem. Quase todos os consultados preferiram omitir o nome, mas todos foram unânimes em afirmar que são vistos pelos demais membros da comunidade universitária, principalmente os alunos, como "agente da repressão", "espião do reitor", e outros estereótipos. Segundo afirmou um deles, "a gente está qui para vigiar, não para entregar ninguém".

ASSOCIAÇÃO

A ASFUB — Associação dos Servidores da Fundação Universidade de Brasília — deveria se empenhar na conquista desses espaços para os funcionários. No entanto, o já mencionado recuo dos servidores de envolvimento em questões políticas colabora para que a entidade assuma um caráter quase que exclusivamente assistencialista. Atendimento médico e dentário, venda de passes de ônibus com abatimento e artigos alimentares mais baratos são as principais vantagens dadas aos associados.

Para a bióloga Leila Santos, que já foi associada e deixou de ser, "as contribuições são muito grandes (1% do salário) para o pouco que eu usufruía". Já para Arenildo Soares, funcionário da Biologia, "a associação é boa para a compra de passes, mas uma vez eu quis fazer um tratamento dentário e tive que esperar muito tempo para ser chamado". A diretora Conceição Lopes acredita que "os servidores têm se beneficiado mais no campo salarial com as conquistas da ADUnB, que conseguiu um índice de produtividade para todos os funcionários".

Assim, o servidor da UnB continua, em sua grande maioria, sem usufruir dos benefícios que a convivência acadêmica pode proporcionar aqueles que aqui desenvolvem suas experiências. Como afirma Conceição Lopes, "não existe nenhum esforço para que o funcionário seja beneficiado com o conhecimento produzido aqui na Universidade". (Marcelo Villares Coelho)



Pensar na universidade, uma tarefa essencial e pouco em voga

Resenha

Salão Universitário

Até o dia 4 de novembro encontram-se abertas no Serviço de Apoio Cultural (DAC) as inscrições para o 5º Salão Universitário. O 5º Salão é uma realização da Universidade de Brasília, sendo aberto a todas as universidades do DF e conta com o apoio da Fundação Cultural, da Sul América Seguros e da Colmeia. A mostra ocorrerá de 14 a 30 de novembro na Sala de Exposição da Biblioteca Central da UnB. Participaram as categorias de pintura, gravura, desenho, escultura e objeto.

Eleições no COM

Deflagrado o processo de sucessão no Departamento de Comunicação, para os cargos de chefe e vice-chefe. Foram marcadas as eleições para o próximo dia 18, devendo ter vários concorrentes. Os comentários pelos corredores do Depto são os mais diversos e os candidatos ou candidatas a candidaturas começam a surgir. Como é de costume deveria acontecer as eleições prévias, com a votação nas urnas de alunos e funcionários. Estes deverão eleger uma lista sextupla, donde sairão o chefe e vice-chefe. É oportuno lembrar a atual diretoria do C.A.Com., se é que exista alguma, que as eleições para o C.A.Com. se realiza em outubro anualmente, conforme o projeto de estatuto aprovado pelo Conselho de Representantes dos Alunos. Os professores irão às urnas.

Missa na UnB

Para os estudantes que se dedicam a religião, agora a UnB apresenta uma nova opção. Diariamente, a partir das 12:00 horas, no Anfiteatro 7, o Padre Samuel vem realizando a Santa Missa para um crescente número de jovens que vem procurando o ato litúrgico.

As sextas-feiras, a missa tem lugar no Auditório de Desenho, onde após a celebração, há uma reunião entre os estudantes e demais interessados, procurando a união através de bate-papos e orações.

Curso de Extensão

A Universidade de Brasília através do Decanato de Extensão — Departamento de Economia — está promovendo um curso de extensão sobre Tecnologia, Automação e Progresso Econômico. O curso vem sendo ministrado no ICC — UnB — Sala B2 — 22 e deverá obedecer o período de 31 de outubro a 30 de novembro, com o seguinte teor: Parte 1 — Economia da Tecnologia; Parte 2 — Transferência Internacional de Tecnologia e a Dependência Tecnológica; Parte 3 — Política Científica e Tecnológica.

Emergência: UnB às moscas

Adiar soluções é o jeito, mas não deixemos de refletir sobre elas

Enganos, ordens e contra-ordens marcaram, semana passada, os primeiros dias de vigência do Decreto 88.888, lançado pelo presidente Figueiredo na noite do dia 18, que instituiu as medidas de emergência no Distrito Federal por 60 dias, a partir do dia 19. A decisão, baseada nos artigos 155 e 156 da Constituição, foi tomada sob alegação de proteger o Congresso Nacional das pressões de "agitadores recrutados em várias regiões do país", que teriam a intenção de "pressionar e intimidar parlamentares no exercício de suas funções" durante a votação do fatídico Decreto-lei 2.045.

O decreto apanhou de surpresa uma UnB literalmente às moscas. Afugentadas pelo forte calor de duas semanas atrás, as moscas tomaram salas e anfiteatros desde o Departamento de Psicologia, no final da Ala Sul do Minhocão, até o Centro Olímpico, passando pelo Departamento de Comunicação, no fim da Ala Norte. Uma assembleia marcada pela ADUnB, para o último dia 25, para discutir a campanha deflagrada pelo ENFIM UnB, foi desmarcada, já que as medidas de emergência proibem reuniões em locais públicos ou abertos.

Mesmo com o aviso do gene-

ral Newton Cruz, executor das medidas de emergência, comandante militar do Planalto e personagem de patéticos acontecimentos na semana passada, de que as reuniões poderiam se realizar, desde que não tivessem o caráter de contestar o Decreto 88.888, o presidente da ADUnB, professor Antônio Ibañez Ruiz, preferiu adiar a assembleia. Ele explicou que seria necessário avisar a Secretaria de Segurança Pública, que mandaria à assembleia um policial como observador. Desse modo, segundo Ibañez, é preferível adiar, mesmo sem nova data para a assembleia.

A não ser o efeito de intimidar os estudantes, como observou um diretor do DCE, o decreto não obrigou o adiamento ou cancelamento de qualquer atividade na Universidade. As eleições do Diretório, aliás, marcadas para os próximos dias 9 e 10, estavam para ser adiadas durante o Conselho de Centros Acadêmicos, que se reuniria nesta segunda, dia 31, mas por outro motivo. É que os prováveis grupos concorrentes ainda não formaram chapas nem elaboraram programas de modo a respeitar o tempo prévio determinado antes do pleito.

Brasília sob os reflexos dos decretos

«Art. 155. O Presidente da República, para preservar ou, prontamente, restabelecer, em locais determinados e restritos, a ordem pública ou a paz social, ameaçadas ou atingidas por calamidades ou graves perturbações que não justifiquem decretação dos estados de sítio ou de emergência, poderá determinar medidas coercitivas autorizadas nos limites fixados no § 2º do artigo 156, desde que não excedam o prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado uma vez e por igual período.

«§ 1º O Presidente da República, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, dará ciência das medidas à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, bem como as razões que as determinaram.

«§ 2º Na hipótese da determinação de novas medidas, além daquelas iniciais, proceder-se-á na forma do parágrafo anterior.

«Art. 156. No caso de guerra, ou a fim de preservar a integridade e a independência do País, o livre funcionamento dos Poderes e de suas instituições, quando gravemente ameaçados ou atingidos por fatores de subversão, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá decretar o estado de sítio.

«§ 1º O decreto de estado de sítio especificará as regiões que essa providência abrangerá e as normas a serem observadas, bem como nomeará as pessoas incumbidas de sua execução.

«§ 2º O estado de sítio autoriza as seguintes medidas coercitivas:

a) obrigação de residência em localidade determinada;

b) detenção em edifícios não destinados a réus de crimes comuns;

c) busca e apreensão em domicílio;

d) suspensão da liberdade de reunião e de associação;

e) intervenção em entidades representativas de classes ou categorias profissionais;

f) censura de correspondência de imprensa, das telecomunicações e de diversões públicas; e

g) uso ou ocupação temporária de bens de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou concessionárias de serviços públicos, bem como a suspensão do exercício do cargo, função ou emprego nas mesmas entidades.

«§ 3º A duração do estado de sítio, salvo em caso de guerra, não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogada, se persistirem as razões que o determinaram.

«§ 4º O decreto de estado de sítio ou de sua prorrogação será submetido, dentro de 5 (cinco) dias, com a respectiva justificativa, pelo Presidente da República ao Congresso Nacional.

«§ 5º Se o Congresso Nacional não estiver reunido, será convocado imediatamente pelo Presidente do Senado Federal.

«§ 6º Durante a vigência do estado de sítio e sem prejuízo das medidas previstas no artigo 154, também o Congresso Nacional, mediante lei, poderá determinar a suspensão de outras garantias constitucionais.

«§ 7º As imunidades dos deputados federais e senadores poderão ser suspensas durante o estado de sítio, por deliberação da Casa a que pertencerem».

Correa, ao se recusar a assinar o termo de interdição.

Pouco menos de duas horas depois, o general daria uma histórica entrevista, informando da revogação da medida e atribuindo a interdição a um erro de interpretação. E admitiu: "Quebramos a cara". Na verdade, o secretário Lauro Rieth agiu corretamente, de acordo

A decretação das medidas de emergência no DF não tiveram maiores ressonâncias na UnB.

As reivindicações pela redemocratização da universidade seguiram seu curso quase normal. Uma assembleia adiada foi o único reflexo mais

forte da medida. Na cidade, a interdição da OAB foi uma das poucas ações práticas do executor da medida, mesmo assim reconhecida como um erro de execução. (Reportagem de Guilherme Soares)

com a Portaria nº 2 do general Cruz, que ordenava explicitamente a interdição.

No mesmo dia, sairia uma nota da seção de relações públicas do Comando Militar do Planalto afirmando que "são independentes as funções de comandante do CMP e de executor das medidas de emergência. Essas últimas não se realizam no contexto do Ministério do Exército, aliás, por expressa recomendação do sr. ministro". Segundo uma interpretação, a nota foi motivada porque o delegado Bimbato iniciou a leitura do termo de interdição pelo timbre ao alto do papel, onde estava: "Ministério do Exército. Comando Militar do Planalto". Isto teria contrariado o ministro do Exército, general Walter Pires, porque daria a impressão de que a ordem de interditar a OAB teria partido do Exército.

Na quinta-feira, o episódio terminou mais um de seus capítulos: o inquérito policial-militar que fora aberto contra a OAB foi suspenso por ordem do general Cruz. Segundo ele, a sugestão partiu do encarregado do inquérito, coronel Fernando Oliveira, que não coletou dados concretos de delito previsto na Lei de Segurança Nacional.

Decreto não é "anormal"

O decreto 88.888, que determinou as medidas de emergência no DF por 60 dias, não tem "nada de anormal", é "perfeitamente constitucional" e é "irreparável". A opinião é do professor de Direito Constitucional, Carlos Pellegrino, do Departamento de Direito da UnB.

Segundo Pellegrino, o decreto, tecnicamente, se "justifica por razões de Estado", restringindo direitos e garantias constitucionais dos cidadãos "por um lapso de tempo determinado". "Também há que haver delimitação territorial e geográfica,

como é o caso do DF", completou.

De acordo com o professor Pellegrino, o decreto tem um aspecto interessante em técnica constitucional porque "garante a não-garantia" de direitos assegurados pela Carta.

Disse também que o fato de o general Newton Cruz ter sido nomeado executor das medidas de emergência se deve à sua "maior facilidade para executar as medidas", o que não se confunde com o fato de ser comandante militar do Planalto.

O medo dá lugar à coragem e Mirian quebra o silêncio

Até o último dia 5 de maio, Mirian Aragão dos Reis era uma aluna envolvida com os problemas normais de seu curso no Departamento de Engenharia Agrônômica da UnB. Daquele dia para cá, Mirian mudou muito e suas preocupações também. Nós do Campus, procuramos por ela, acabamos tomando conhecimento de uma história absurda, tratada com desdém e preconceito no âmbito da Universidade e da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

Foi como aluna da Engenharia Agrônômica que Mirian se dirigiu naquele dia ao Departamento de Pesquisa e Experimentação da FZDF para dar prosseguimento a sua pesquisa e concluir um estágio naquela instituição. Depois de almoçar com os funcionários da Fundação, Mirian ficou sozinha com o técnico Juvenal da Mata Oliveira que acabou por estuprá-la nas dependências de um laboratório.

Começou então para Mirian uma triste sequência de humilhações. Na 2ª Delegacia, onde foi denunciar o fato e pedir a abertura de inquérito, ouviu do delegado que "uma mulher tem o dever de defender sua honra com

a própria vida". Eram os primeiros indícios de que sua luta seria desigual. Suas palavras eram "traduzidas" pelo delegado para que o escrivão as datilografasse.

Em seguida, Mirian procurou o chefe de seu Departamento, à época o professor Joachim Von Bulow, para que fosse pedido o afastamento do funcionário do laboratório da FZDF onde ela fazia a pesquisa, possibilitando sua volta ao trabalho. Seu pedido foi atendido e em resposta Manoel Torres Gonçalves, diretor executivo da FZDF afirmou que o funcionário envolvido no "desagradável incidente" ocorrido estava sendo afastado do Departamento onde trabalhava e solicitava a "gentileza" de Von Bulow no sentido de "afastar a aluna" do estágio até que os trabalhos da 2ª Delegacia estivessem concluídos. A proibição da entrada de Mirian na Fundação foi-lhe transmitida pela chefia do departamento sem qualquer pergunta, através de carta registrada.

Mirian ficou então impedida de concluir seu estágio. Mas não foi ela a vítima de violência? Por

que ela não mereceu da chefia do Departamento um tratamento mais humano? Por que a FZDF não abriu inquérito administrativo contra o técnico Juvenal? São perguntas de difíceis respostas. As pessoas envolvidas no caso parecem julgá-lo tendenciosamente, dentro do consenso de uma sociedade que supervaloriza o macho e justifica este tipo de violência.

O estupro ainda é algo que humilha e desmerece a vítima que normalmente silencia sobre ele. Mirian não se calou. Foi sua primeira afronta à sociedade machista, para a qual estes casos não devem ser tornados públicos. Foi este, inclusive o conselho que Mirian recebeu de sua orientadora no estágio.

O "desagradável incidente" a que se referiu o diretor da FZDF é apenas um eufemismo que procura atenuar a situação de violência sexual que Mirian sofreu. E é também com meias-palavras que o caso vem sendo levado, num jogo em que somente ela tem a perder, não bastasse o fato de ter sido obrigada a ter relações sexuais que não desejava. (Ilara Viotti)

Aqui, um depoimento com muito preconceito

O Campus ouviu um professor do Departamento de Engenharia Agrônômica, que à época exercia cargo de responsabilidade administrativa, sobre o ocorrido com a aluna Mirian na Fundação Zoobotânica. Ao tomar conhecimento do que seria tratado na entrevista, o professor reagiu com um "puxa, vocês vão mexer nisso". Terminada a conversa, ele, visivelmente nervoso, pediu "por amor de Deus" que o seu nome não fosse publicado. Em respeito à ética, o Campus omitiu aqui o nome do professor. Os principais trechos do seu depoimento, porém, são reproduzidos abaixo, com toda a carga de preconceito revelada durante a entrevista.

Segundo o professor, Mirian o procurou para pedir que o Departamento de Engenharia Agrônômica tomasse providências a respeito do que lhe tinha acontecido. Ele confessou que chegou a dar crédito ao que a aluna lhe contara. Entretanto, ao ficar sabendo da versão dos responsáveis pela administração da Fundação Zoobotânica, passou a se sentir como um "pato bobo" por ter acreditado na aluna. "Essa moça não regula muito bem da cabeça. Ela destruiu a família daquele pobre rapaz", afirma o professor, sem qualquer constrangimento.

Para ele, não poderia ter havido estupro porque a aluna "não gritou", porque não ficou provada a existência de violência física e porque a aluna já havia tido "experiências sexuais" anteriores. O professor chega ao cúmulo de fixar em 30 o número de relações. "O único fato comprovado é a presença de esperma", afirma ele, corroborando assim a versão da Fundação Zoobotânica, que declara Mirian cun-

plíce de Juvenal. Apesar dessa evidência, o professor prega a todo momento que não tem posição a favor de um ou de outro. (De acordo com essa versão, Mirian teria ficado irritada com Juvenal por ele não ter cumprido o combinado, que era a não complementação do ato sexual).

As opiniões aqui reproduzidas traduzem o comportamento adotado pelo Departamento de Engenharia Agrônômica em relação à sua aluna. Com a proibição da entrada de Mirian nos laboratórios da Fundação Zoobotânica, outros estágios lhe foram oferecidos. No entanto, ela não os aceitou porque desejava ser novamente aceita pela Fundação, vendo, assim, reparada a injustiça que afirma ter sido cometida contra ela. Mas caso Mirian tivesse aceitado, não poderia levá-lo adiante porque, segundo ela, vários professores do seu departamento se negaram a orientá-la. Seus antigos professores orientadores, Luiz Antônio Borgo e Teresa Vaz Parente, comunicaram ao decano de Assuntos Comunitários, Gentil Martins Dias, que não mais orientariam Mirian. Ela então procurou os professores Daniel Machado Lins e Wagner Borges que, alegando estarem muito ocupados, não quiseram aceitar o seu pedido. De acordo com as declarações de Mirian, o professor Jean Kleber de Abreu Mattos foi o único que se prontificou a orientá-la. Mas naquele momento não havia nenhuma área, específica desse professor, que a interessasse. Através de uma amiga, Mirian finalmente conseguiu um estágio, orientado pelo professor José Elias de Paula, no Departamento de Biologia Vegetal, o qual está concluindo. (Luiza Modesto)

Mulher, posição difícil na sociedade

O estupro pode ser analisado de duas maneiras totalmente antagônicas. Do ponto de vista social e sob o prisma da legislação, a análise mergulha no abismo cultural que sempre reservou à mulher um papel secundário e a colocou a serviço do homem. Uma segunda maneira de se ver o problema, parte de uma concepção da realidade que começa com a própria tomada de consciência e consequente posicionamento da mulher frente às novas formas de encarar a relação homem-mulher, e coloca em cheque os argumentos e paradigmas da primeira.

Mireya Suares, professora do Departamento de Ciências Sociais da UnB e líder feminista, considera "surpreendente a maneira como as pessoas encaram o estupro". O aspecto mais absurdo para ela é o fato de que somente a violência física comprovada por laudo pericial que constata os sinais da violência caracteriza o estupro. Tal como afirmou o delegado que registrou a queixa de Mirian: "Mulher estuprada tem que estar morta ou ensanguentada".

"A mulher que é estuprada ganha o estigma que a vai perseguir a vida inteira. Em caso de roubos, agressões e outros crimes comuns a pessoa que foi objeto do crime é defendida pela sociedade, mas com

relação ao estupro ocorre o contrário, a vítima é punida e rasga a cúmplice e até a autora".

PROBLEMA CULTURAL

Para Mireya, trata-se de um problema cultural, pois ao que parece não é o estupro que é inaceitável. O que a sociedade machista não admite é que a mulher saia da sua "condição de objeto" para denunciar publicamente o estupro, pois assim ela estará ferindo a máxima que diz que a mulher é um "ser" a serviço do homem, não devendo questionar e muito menos denunciar o uso que o homem venha a fazer dela. Isto parte de uma idéia preconcebida e preconceituosa da sociedade, que coloca a submissão como uma virtude feminina.

Quanto à violência do ato de estuprar, Mireya enfatizou que não somente a violência física é agravante, como também a violência da opressão que a sociedade impõe à mulher. "As próprias relações conjugais, sem um acordo mútuo e prazer comum, configuram uma espécie de estupro, embora a sociedade 'justifique' a atitude como normal na relação matrimonial, sob o falso pretexto de que a mulher é sustentada pelo homem, devendo portanto se submeter para manter a 'harmonia do lar'".

Contesta, também, a socióloga o falso argumento de

que a mulher deve "defender a honra com a própria vida", apenas para caracterizar a ação do estupro pela reação a ele. Mesmo com a ausência de violência, a não concordância de uma das partes é argumento suficiente para que o estupro exista.

Mireya enfatizou que "o esturador não é uma exceção, é apenas o indivíduo que leva até as últimas consequências a idéia de posse sobre o indivíduo feminino". Ela conclui que como a mente masculina carrega uma concepção ambígua da mulher — por um lado pessoa e por outro objeto —, na cabeça da imensa maioria dos homens pode eventualmente surgir a idéia de possuir a mulher enquanto objeto — ou seja, estuprar —, relegando a segundo plano a pessoa que tem diante de si.

Quanto à atitude de formalizar a denúncia e levar os casos de estupro a público, a professora considera que toda mulher deveria passar por cima dos preconceitos sociais que permeiam o estupro e mover uma ação sistemática, mesmo que não sendo somente uma ação contra a figura do esturador, mas contra toda a sociedade e todas as formas absurdas e incoerentes de tratar o crime do estupro. (Paulenir Constâncio)

Ex-Chefe do Departamento enviou carta ao Campus

Universidade de Brasília
Faculdade de Tecnologia
Departamento de Engenharia Agrônômica

Brasília, 26 de outubro de 1983

Do: Prof. Joachim F. W. von Bulow
Ao: Departamento de Comunicação da UnB
a/c da redação do "Campus"

Assunto: Folheto informativo da responsabilidade do Centro Acadêmico de Agronomia e Florestal e DCE Livre Honestino Guimarães, sobre o caso de estupro alegado pela aluna Mirian Aragão dos Reis.

Senhor Redator,

Após termos dado uma entrevista a duas redatoras do O Campus, declaramos o seguinte: É absolutamente inverídica a alegação contida na última frase do 3º parágrafo do folheto em epígrafe. Não só nós (na época a Chefia do EAG) não negamos estágio em outra área do EAG mas também foi oferecido estágio diretamente à aluna pelo prof. Jean Kleber de Abreu Mattos (e quem sabe por outros também, seria o caso de se fazer uma averiguação mais ampla entre os professores do EAG). Cremos que esta declaração inverídica e caluniosa demonstra bem o nível de credibilidade que se possa atribuir a nossa aluna em questão! Inverídica é também a afirmativa que a Chefia do EAG não teria dado nenhum apoio no sentido da aluna continuar seu estágio, conforme podemos provar com documento escrito.

Ao que parece, a CA-Agrofior e DCE esqueceu-se que a justiça não só existe para alunos e alunas, por mais grá-finos que sejam, mas também e igualmente para os humildes funcionários dos nossos laboratórios!

Consideramos um absurdo de exigir ação da Universidade para punir mais o funcionário, especificamente do EAG e Decanato de Assuntos Comunitários, cremos que o caso é inteiramente de competência da justiça. Até que esta não se pronuncie chega de prejuízos que já os houve tanto para a aluna que perdeu o seu trabalho de pesquisa como para o funcionários que foi suspenso do trabalho.

Atenciosamente,

JOACHIM F. W. VON BULOW

N.R:

1) Ao contrário do que dá a entender a carta do professor von Bulow, nossos repórteres nada tiveram a ver com o Boletim do DCE.

2) Os grifos são do texto original do professor



Joubert Brizida, presidente da SEI

Mercado de info Brasil exige o se

Entramos na era da eletrônica e falar em informática é falar em computadores armazenando, processando e transmitindo informações num volume e numa velocidade inimagináveis. E mais um recurso auxiliar à disposição da sociedade para aquisição de informação. Rapidez e precisão são os objetivos dessa tecnologia. E a criança aprendendo tabuada com o computador, ou o cliente de um banco pagando sua conta com um cartão magnético. São as grandes estantes dos escritórios se resumindo a pequenos discos onde são arquivados documentos e processos. O computador definitivamente deixou as páginas das revistas de ficção para se integrar à sociedade. A informática, há pouco uma ciência misteriosa, reservada a especialistas, hoje tem espaço garantido em comerciais de TV.

No dicionário dessa nova tecnologia, alguns termos passam a

ser usados com frequência, mas nem todos os conhecem. Por exemplo, hardware (o computador, a máquina, o equipamento) difere de software, porque este é o programa executado pelo computador, são as instruções dadas, a definição de suas funções. Já os mini e microcomputadores servem para armazenar pequena quantidade de informações, devido à sua reduzida capacidade de memória e processamento. São os computadores de uso pessoal ou de pequenas empresas. O macrocomputador, ao contrário, é o computador de grande porte, com grande capacidade de armazenamento de dados e processamento. Quem se utiliza dele são as grandes empresas.

INFORMÁTICA

Hoje é fundamental que se reflita sobre a informática. Novas tecnologias proliferam pelo mundo, criadas e desenvolvidas pela ciência da computação. A pene-

Informação: a riqueza das próximas décadas

A era do petróleo já vai longe: a riqueza mais preciosa nas próximas décadas são as chamadas "tecnologias de ponta": a bioengenharia, a microeletrônica e a informática. A dependência tecnológica de um país pode significar perda de voz e de voto nas relações internacionais. Isto pôde ser avaliado na prática, durante o episódio das Malvinas, quando a Inglaterra suspendeu as remessas de componentes até que o Brasil definisse a sua posição no conflito.

Dentro de alguns anos uma suspensão nesse fornecimento simplesmente pára o país, afirmou Ailton Fernandes, assessor de imprensa da Secretaria Especial de Informática (SEI). Isto porque não há área da vida humana — educação, saúde, lazer e produção — onde estes componentes não es-

tejam se tornando indispensáveis. Logo, é mais do que tempo do Brasil se preparar para a era da informática.

QUESTÃO POLÍTICA

No início dos anos 70 o mercado era suprido pela importação. Os brasileiros apenas aprendiam a manejar os equipamentos. Logo, porém, o movimento de entrada deles no país era tal que despertou as autoridades. O computador estava entrando em todos os segmentos da vida e começando a pesar na balança comercial. Até aqui o problema se situava a nível econômico. Então a SE-

O país investe na informática ciente da importância do setor na manutenção de sua soberania. A crise do petróleo foi um alerta.

PLAN criou uma comissão, em 1972, com objetivo de racionalizar as compras e otimizar a utilização dos aparelhos existentes na administração pública e empresas vinculadas — a Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico.

Em 76 a ação da Comissão — a CAPRE — foi ampliada a nível de restrição às importações de computadores. Estas restrições foram acompanhadas de reações do mercado interno, comprovando o significado social, econômico e estratégico que o problema estava assumindo. A CAPRE passou então a formular uma política para o setor, com a criação de algumas empresas exclusivamente nacionais para produzir minicomputadores, terminais e periféricos.

O reconhecimento oficial da informática como fator de segurança nacional veio em 1979, com a criação da SEI como órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional (Sheila Perru).

Criatividade na luta

"Ou optamos por uma tecnologia própria e independente ou optamos agora, de modo definitivo, por um tipo de dependência tecnológica que eventualmente nos poderá trazer alguma riqueza, mas da qual dificilmente, tal qual um vício, nos poderemos livrar e viver como seres humanos dignos" (João Antônio Zuffo, professor da USP). "Devemos nos preparar para a era digital, que muitos indicam como a próxima etapa da evolução humana" (Danilo Venturini, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional).

Preocupado com a necessidade da independência tecnológica na área da informática, desde 1979 o governo vem tentando definir uma política nacional para o setor. E por que não uma lei? Uma lei é um instrumento mais rígido do que uma política, e mais difícil de ser adaptada ao dinamismo da realidade. A indústria nacional de informática é muito nova, acaba de completar os seus cinco anos de idade, e seria muito arriscado estabelecer agora qualquer limite para o desenvolvimento dessa indústria. Por outro lado, uma política, por ser mais flexível, é também mais sujeita ao jogo de interesses.

Tudo o que se tem feito na área de informática no país, segue três linhas básicas de atuação ditadas por essa política, ou seja: incentivar a pesquisa, estabelecer uma reserva de mercado e um controle de importações. No campo da pesquisa, a comunidade universitária, juntamente com os laboratórios, centros de pesquisa e institutos deverão conjugar esforços no sentido de capacitar tecnologicamente nossa indústria. Por enquanto todo esse esforço de pesquisa se concretiza na elaboração, produção e aperfeiçoamento

de projetos de micro e minicomputadores.

Certamente esses computadores ainda não possuem um nível de eficiência comparável aos das grandes indústrias estrangeiras. E por isso, se faz necessário estabelecer uma fatia do mercado brasileiro somente para a iniciativa nacional; é a chamada reserva de mercado. Que hoje abrange 20% do nosso mercado. Mas apenas tal reserva não garante o desenvolvimento dessa tecnologia, por isso o governo determinou um controle rígido da importação de componentes desses equipamentos. Atualmente, só é permitida a importação de 52 componentes (Comunicado CACEX nº 41, de 24.01.83), por não existir ainda similares no país.

PRÓS E CONTRAS

Nem todos parecem estar satisfeitos com essa política e os mais preocupados são os empresários norte-americanos. Em documento com o sugestivo título de "Melhorando o Relacionamento Econômico entre o Brasil e os Estados Unidos", de 15 de setembro de 1983, surgiram várias críticas e sugestões para a alteração da atual política nacional para a informática.

"Reserva de mercado? Coisa de índio". Resumidamente o chairman da Burroughs, Michael Blumenthal definiu a opinião de seus colegas. O documento é mais preciso: "Restrições e reservas de mercado engendram, no melhor dos casos, frustrações, e, no pior, retaliações..." Em qualquer evento a reação (do Congresso dos EUA) a essas restrições será mais perniciosas para aqueles países cujo desenvolvimento tec-

Informática: seu lugar

tração da informática é profunda. O avanço é irreversível. Não há mais como evitá-la. E de certa forma, não há porque negá-la. "No entanto", como observa o professor e jornalista Salomão Amorim, "devemos ver a informática não somente como algo bom, que traz conforto ao homem. Eu, pessoalmente, acho que não é bem assim. Para algumas sociedades, talvez. Mas para outras, vai produzir desconforto, desemprego, pois o computador implica em substituição de mão-de-obra nas indústrias. Se sua utilização não for bem estudada, levando-se em conta as peculiaridades de cada sociedade, a pura e simples introdução pode ser maléfica", argumenta o professor do Departamento de Comunicação da UnB.

"O país que detém o domínio dos processos tecnológicos, científicos e da informação é um país que acumula poder", avisa Salomão.

pela independência

nológico é pequeno. "Igualdade para coisas diferentes parece justiça, mas não é". Foi comparando a indústria nacional a uma criança, que o tenente-coronel Jorge Monteiro Fernandes, Sub-Chefe de Assuntos Tecnológicos do EMFA, explicou a necessidade da reserva de mercado. "Quando uma criança nasce ela é completamente indefesa, se não a protegemos ela morre, o mesmo se dá com uma empresa. A medida que ela vai ganhando um certo porte econômico e uma independência tecnológica, essa proteção deve ser retirada gradualmente".

Em outro trecho do documento, a crítica foi dirigida ao controle de importações. "Essas restrições retardam o fluxo e o desenvolvimento de alta tecnologia, e o atraso significa perda de competitividade (...). Uma aproximação mais restritiva só levará a estágios de crescimento tecnológico mais lentos do que os passos rápidos de outras economias mundiais". Com esse espírito o documento recomenda "uma transferência mais flexível e mais livre", eliminando as restrições à livre entrada de serviços técnicos e revisando as leis que regulam a importação de materiais e equipamentos. Há quem não concorde. O tenente-coronel Jorge Fernandes acha que não devemos atrelar o mercado brasileiro ao mercado norte-americano: "É suicídio! Não somos um país de primeira linha, então por que você é obrigado a colocar seu mercado exatamente no mesmo nível dos países de primeira linha?" O Presidente Figueiredo parece ser da mesma opinião: pelo menos foi o que defendeu em seu discurso no XVI Congresso Nacional de Informática realizado em São Paulo no mês passado. "A indústria

"O campo da informática dá aos países que possuem uma grande infraestrutura nesse setor, um poder enorme nas áreas científica, tecnológica, de comunicação, e, conseqüentemente, econômica, porque esses conhecimentos são traduzíveis em dinheiro".

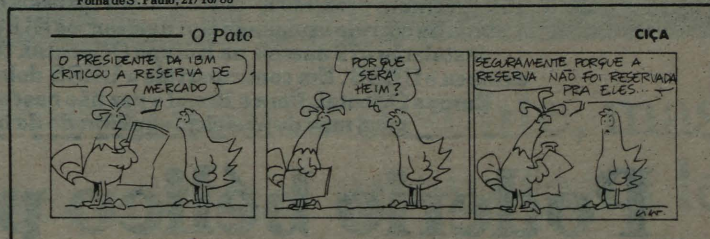
No Brasil, a preocupação com o tema existe. Pelo menos em relação ao desenvolvimento de uma tecnologia própria, de incentivo à criação de indústrias nacionais, por intermédio de uma política nacionalista, que veio substituir a dependência em que o país se encontrava, até 1975, de equipamento estrangeiro. "Dependíamos essencialmente da importação de computadores, e de programas para alimentar esses computadores, ou seja, de hardware e de software. Era uma dependência total e absoluta", lembra Salomão. (Kido Guerra e Sarita Costa Lima).

nacional de informática surge pois, acima de simples ímpetos ufanistas ou de calculada expectativa de ganhos em moeda forte. A vantagem é uma dependência externa menor".

Nesta história há também quem busque uma conciliação entre os interesses internacionais e os nacionais. A proposta é a formação de "joint-ventures", onde as empresas estrangeiras entrariam com capital e tecnologia e as empresas nacionais, com a predominância de capital. Essa é a posição do Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, defendendo-a com o argumento que assim o país absorveria tecnologia mais rapidamente, suprimindo necessidades urgentes. Isso não é verdade, replica Jorge Fernandes. A empresa estrangeira mais competente tecnologicamente, vai deter o controle da empresa, e não vai transmitir conhecimento; porque no dia em que o fizer, a empresa nacional joga ela fora e vai trabalhar sozinha.

O Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos (Abicom), Antônio Didier Viana, lembrou outro aspecto importante. "O sócio estrangeiro continuaria desenvolvendo a tecnologia na matriz, enquanto o Brasil se transformaria apenas numa linha de montagem, cortando o desenvolvimento tecnológico no nosso país". Em outras palavras, voltaríamos à estaca zero. "Seria o mesmo que fazer uma importação de inteligência. Teríamos que dizer aos nossos engenheiros, aos nossos universitários que estão investindo em sua capacitação que o seu papel se esgotou", garante o professor João Antônio Zuffo, da USP. (Lavina Ribeiro e Humberto Martins).

Folha de S. Paulo, 21/10/83



Em Campinas, todo o empenho para desenvolver nossa própria tecnologia

Uma "simples" informação pode ser o fruto do trabalho de grupos de cientistas, durante anos de pesquisas. Isso torna essa informação uma mercadoria valiosa no mercado internacional. Seguindo o raciocínio, a política nacional de informática dará sempre prioridade à produção nacional de informação. "Esse é um dos objetivos da SEI", afirmou o Secretário de Informática, Joubert de Oliveira Brizida, "e um dos pressupostos para a criação do CTI (Centro de Tecnologia para a Informática) como seu órgão complementar".

O CTI é formado por quatro institutos: o de Automação, o de Computação, o de Instrumentação e o de Microeletrônica. Neste último já está funcionando a linha de montagem de semicondutores (chips). Isto significa a presença do Brasil no mercado de componentes. Mas este circuito, encapsulado em cerâmica, representa apenas 10% do mercado potencial, e não pretende competir com o circuito encapsulado em plástico, de aplicação mais ampla, a ser produzido pela empresa privada.

O CTI executará projetos de pesquisa, além de desenvolver serviços de apoio tecnológico, coordenar a pesquisa nas universidades, nacionalizar projetos industriais e avaliar processos de importação.

DESEMPENHO

Para o Secretário o país está se capacitando para a era da informática. "De uma participação quase nula no mercado de processamento de dados em 1976, passamos para um índice de 17% em 1980, 42% em 81 e 67% em 82". O salto também foi importante em valor: segundo dados da Secretaria, a participação nacional foi de 7% em 1980, 14% em 81, 20% em 82. A porcentagem em valores permanece mais alta para as empresas estrangeiras por causa da faixa de atuação: elas operam com máquinas de porte médio e grande, e a reserva de mercado garante aos brasileiros a faixa dos minis e micros, o grande filão para um futuro próximo. Essa faixa é a fatia do mercado que mais enche os olhos dos interessados em informática — e no ano passado, 50%

A criação do CTI foi o primeiro passo no sentido de estimular a pesquisa e reduzir a importação de componentes

dos computadores desse porte comercializados no Brasil foram de fabricação nacional.

SÃO PAULO NA FRENTE

A instalação do CTI em Campinas vem confirmar a hegemonia econômica de São Paulo sobre os outros estados da Federação. Lá estão 70% das empresas, 60% da renda no setor, 14 entidades de pesquisa — os vizinhos ideais para o órgão executivo da SEI. O Coronel Joubert coloca a questão em termos claros. "São Paulo concentra os grandes capitais, os laboratórios, a mão-de-obra especializada, a infra-estrutura industrial. Quanto ao problema dos outros estados, resta dizer que a SEI não implanta pólos industriais. Não temos dinheiro. Trabalhamos com o diálogo. A única coisa que podemos oferecer é a garantia de reserva de mercado e atuar junto à base — a Universidade — coordenando os estímulos à pesquisa e assim evitando a evasão de cérebros". A este respeito está em preparação um projeto de formação de recursos humanos, que será encaminhado ao Conselho Federal de Educação.

De acordo com o Secretário, alguns estados apresentam vocação para a nova indústria, entre eles Santa Catarina e o próprio Distrito Federal. Aqui já existem empresas importantes na produção de equipamentos como a Coencisa e a Novadata.

Sobre a pressão do capital estrangeiro, o Secretário foi categórico: "Não existem joint ventures no setor de informática. Eles tentam associar-se, mas nós sempre dizemos não!".

Perguntado sobre a pressão exercida pelo usuário que vê suas compras de equipamentos sujeitas a restrição, ele afirmou: "O comprador quer o produto de qualidade, não quer saber se é nacional ou importado. Alguns podem até querer pressionar, mas essa não é a posição da SUCESU — a Associação dos Usuários de Computadores. A SUCESU conhece e respeita a política adotada para o setor de informática". (Sheila Perru).

De uma participação quase nula no mercado em 1976, evoluímos para 17% em 1980, 42% em 81 e 67% em 82. É um salto importante

Em dezembro próximo Estados Unidos e Rússia começarão mais uma tenebrosa etapa da corrida armamentista nuclear: os EUA, inflexíveis nas negociações, instalarão 572 mísseis na Europa Ocidental, todos orientados para o leste europeu e URSS. Em contrapartida a URSS dobrará o número de suas armas na Europa Oriental. Para o Brasil a paz não nascerá das multiplicações das armas, mas do exercício equilibrado da inteligência política.

Poderio bélico para a "paz"

EEUU

"Paz e Segurança Nacional, uma nova estratégia de defesa". Este é o título do discurso do Presidente Ronald Reagan proferido em abril último quando apresentava ao Congresso e ao povo americano o orçamento de defesa dos EUA para 1983. Nele, Reagan defende fundamentalmente a paz armada. É o que demonstra com clareza a certa altura do discurso quando afirma que a paz mundial não será garantida se não houver um equilíbrio na balança militar de armas. Reagan justifica ainda mais sua tese culpando a ideologia soviética por impedir que qualquer ponto fraco do ocidente esteja a descoberto.

A paz armada norte-americana é sutilmente camuflada pela Casa Branca pois em todos os discursos presidenciais existem afirmativas tais como: "Os EUA jamais serão os primeiros a atacar", "os EUA manterão sempre sua força orientada para a defesa a fim de que a paz seja conservada", ou "quem não se defende ataca pelo medo de perder".

Além das colocações subliminares, o discurso de Reagan é bastante inflexível em suas referências quanto ao procedimento russo na corrida armamentista, pois cita números e estatísticas do poderio soviético sem se dar conta que também os EUA se têm armado continuamente. No discurso acima, o presidente declara que a URSS adota uma política de armamen-

to permanente, dispondo de arsenais nucleares massivos, quase todos.

O ponto alto de suas contradições está em um exemplo que destaca para provar o crescente aumento do poderio soviético: diz que em 1969, enquanto os EUA lançaram o míssil intercontinental III a URSS desenvolveu cinco tipos de mísseis ICBM. Dessa forma, segundo Reagan, os russos adquiriram armas mais poderosas e de maior raio de ação enquanto as armas norte-americanas mantiveram-se obsoletas.

Ja em abril desse ano, era grande a preocupação americana com relação à presença soviética na América Central. Reagan é sempre bastante enfático e direto quando trata de acusar os russos no discurso daquele mês: "Os soviéticos estão estendendo sua influência militar em lugares que afetam nossos interesses vitais e de nossos aliados. As fotografias de satélites mostram que bases russas estão instaladas na América Central e na Bacia do Caribe.

Em seu pronunciamento, Reagan ainda insiste na militarização crescente da ilha de Granada, promovida pela ajuda soviética e lança a seguinte indagação ao ar: "Poderiam os russos utilizar outra vez sua poderosa força militar? não seria capaz de responder" — responde enfático, aludindo às invasões recentes da Polónia e Afeganistão.

(Marcelo Gonçalves Vieira)

URSS

Prosseguem há dois anos as negociações soviético-norte-americanas para a redução dos armamentos nucleares na Europa. A União Soviética apresentou à ONU um projeto sobre a rejeição da guerra nuclear, manifestando a sua preocupação a essa ameaça crescente, que pode acabar com a civilização humana. A Rússia a considera como o crime mais bárbaro contra os povos e a violação do direito mais importante do homem que é o direito à vida. Considera também atos criminosos a elaboração, o lançamento, a divulgação e a propaganda de doutrinas e concepções políticas e militares que visam justificar a "legitimidade" de proceder ao primeiro golpe nuclear, e a "admissibilidade" de desencadear a guerra nuclear, e pede aos estados que unam seus esforços para afastar a corrida armamentista, ou reduzir seus armamentos até a destruição total.

Durante o período de conversações sobre a limitação e redução dos armamentos nucleares na Europa, em outubro deste ano, a União Soviética propôs uma paralisação temporária nos armamentos estratégicos e de médio alcance na Europa, e elegeu que o nosso planeta está quase a dobrar-se sob o

peso insuportável de armamentos, que encerram um colossal potencial de destruição.

Em todos os continentes crescem os movimentos antibelicistas dos povos nessa luta pela salvaguarda da paz. A política de alguns países-membros da ONU contrasta com a aspiração inerente da humanidade por uma vida em paz expressa nos objetivos e princípios das Nações Unidas.

AUTODEFESA

A política militar do estado soviético baseou-se e continua a basear-se na imortal teoria de Lênine sobre a defesa da pátria socialista e tem o caráter exclusivamente defensivo. Os princípios de sua organização e o treino de suas forças armadas estão orientados antes de mais nada para rechazar uma possível agressão. Os cidadãos soviéticos sabem que a capacidade defensiva do país é tal que não aconselham ninguém a pô-la à prova mas rejeitam a ideia, visando apenas o bem-estar e a segurança das outras nações.

A União Soviética considera que na era nuclear é inadmissível observar o mundo sob a ótica de interesses egoístas e deseja tudo fazer para prevenir uma catástrofe nuclear. (Glória Carvalho).

"Preservar a paz", explica o professor J.C. Aleixo do Departamento de Relações Internacionais da UnB, "é uma aspiração antiga da humanidade". É um consenso entre todos os povos e eles se têm articulado para estabelecer normas que a consolidem. Em 1920 e 1945 criam-se sucessivamente a Liga das Nações e a Organização das Nações Unidas, como organismos destinados a preservar a paz. A carta da ONU condena o uso da força ou a ameaça deste uso como instrumentos para a solução de divergências.

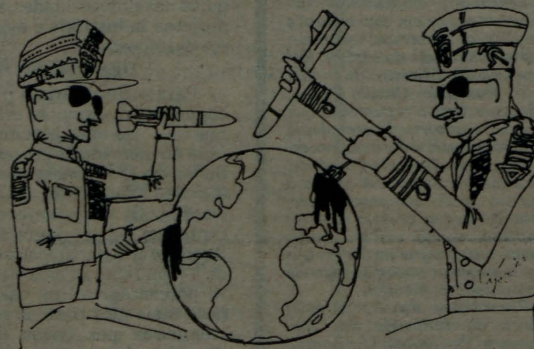
Mas, apesar dos esforços, a paz estável e duradoura parece bem difícil de ser conseguida. «Hoje em dia, existem arsenais atômicos suficientes para destruir a vida humana da face da terra várias vezes», explica o professor.

A paz estável requer a solução de problemas sociais. Entretanto, os mesmos recursos não podem ser aplicados ao mesmo tempo na construção de armas e na alimentação da humanidade. Neste sentido, a corrida armamentista não apenas põe em risco a paz a curto prazo, mas também dificulta a solução das questões sociais que a ameçam. Assim, faz-se necessário não somente eliminar as armas já existentes, mas também reduzir ou erradicar a construção de outras. Os programas de desarmamento pressupõem um compromisso mútuo e devem, obviamente, ser realizados em conjunto. Mas isto não é tão simples, sobretudo por causa das divergências que existem entre os povos, sejam elas ideológicas ou de qualquer outra natureza. Na verdade, estes programas só são viáveis quando há mútua confiabilidade entre as nações e mecanismos de inspeção isentos e de credibilidade.

O tratado de não proliferação nuclear assinado pela União Soviética, Estados Unidos, Inglaterra e outros países é um exemplo da dificuldade nas negociações relativas ao desarmamento. Ainda que ele tenha alguns pontos positivos, não cuida explicitamente de impedir ou diminuir a proliferação do poder bélico. Apenas limita sua expansão horizontal, quer dizer, os países que ainda não possuem armas atômicas se comprometem a não tê-las, mas não há restrições aos que já têm. O Brasil não assinou este tratado.

No contexto mundial, «os países em desenvolvimento devem multiplicar suas convergências e estreitar seus vínculos de cooperação a fim de resolver os desafios sociais de cada um, além de estabelecer bases sólidas para a paz», conclui Aleixo. (Sandra Fernandes)

NOVOS ACORDOS SOBRE ARMAS NUCLEARES.



Americanos e soviéticos dividem o globo em áreas de influência nas quais estão instalando seus arsenais atômicos. Cada vez mais, aumenta o poderio bélico de ambos. Resta saber até que ponto continuarão fazendo do mundo um grande campo minado

Brasil é contra as armas

"Não há e nem pode haver futuro no triste e inaceitável sucedâneo que é o equilíbrio do terror. Não é possível persistirmos na ilusão de que a harmonia mundial poderá alicerçar-se no excesso de capacidade de destruição. «Esta declaração, proferida pelo Presidente João Figueiredo, na sessão de abertura da XXXVII Assembleia-Geral das Nações Unidas, no ano passado, mostra a preocupação do governo brasileiro com a corrida armamentista.

Este ano, o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, reiterou a posição da Nação afirmando caber à nossa geração «não apenas reconstruir um mundo em crise», mas, antes de mais nada, evitar que ele se destrua. «Guerreiro alertou ainda que, só em 1983, os recursos gastos em armamentos chegam a 800 bilhões de dólares, cifra superior à dívida externa global dos países em desenvolvimento.

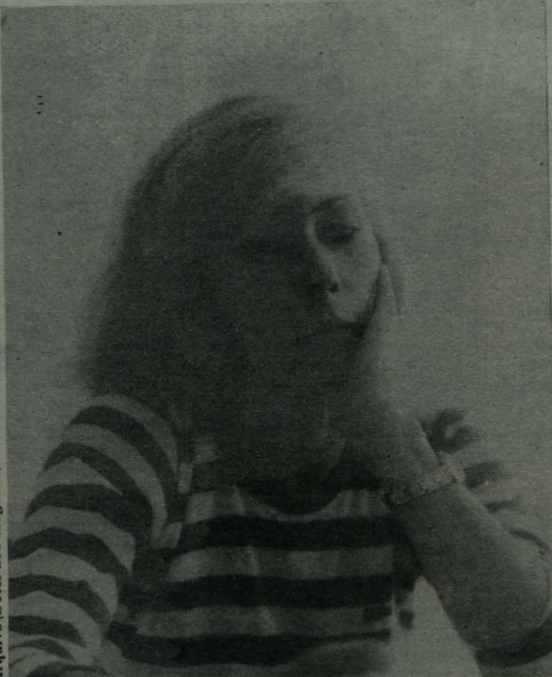
O chanceler brasileiro afirmou ainda que «o desejo de segurança absoluta por parte de um Estado representa ameaça de insegurança absoluta para todos os outros. A paz não nascerá da multiplicação dos arsenais. É urgente buscar entendimentos objetivos para criar um mínimo de confiança e de mútua informação: e recriar mecanismos de diálogo que reduzam as tensões, as oportunidades de equívoco e o risco de incidentes. As Nações Unidas não podem ser mantidas à margem das negociações realmente importantes em matéria de desarmamento. É compreensível que quaisquer concessões nesse campo sejam extremamente complexas, mas o que afeta a todos, por todos deve ser considerado. O realismo não deve levar a esquecer que o exercício equilibrado da inteligência política é, em última instância, mais poderoso que o exercício unilateral da força».

(Manuel Hollanda)

DECRETO-LEI

O Parlamento discute, mas o Executivo é quem faz a lei

Arquivo (Setor de Fotografia)



Professora Iduna: analisando os decretos-leis

O Brasil usa maneira estranha de legislar

O decreto-lei é um ato do Poder Executivo que tem força de lei na área da delegação legislativa. Segundo a Constituição, no seu artigo de número 55, o Presidente da República poderá baixar o decreto-lei nos casos de urgência ou de interesse público relevante, nas seguintes matérias: segurança nacional, finanças públicas e normas tributárias e criação de cargos públicos. Porém, cabe apenas ao Presidente da República definir quais são os casos de urgência ou de interesse público relevante. Para a professora Iduna Evangelina Wainert, de Direito Constitucional, é vedado mesmo ao Poder Judiciário o direito de examinar previamente sobre estas matérias sob o aspecto do decreto-lei.

A professora comentou ainda quanto à imposição sucessiva dos decretos-leis 2.024, 2.045, 2.064 e 2.065, pois, segundo ela, não existe nenhuma restrição na Constituição a que o Presidente da República renove um decreto-lei já baixado e até rejeitado pelo Congresso Nacional.

Controle da constitucionalidade

O controle da constitucionalidade dos decretos-leis é feita pelo Poder Judiciário, através do Supremo Tribunal Federal. Segundo o professor Carlos Mário Velloso, do Departamento de Direito e Ministro do Tribunal Federal de Recursos, a função do Poder Judiciário é observar se está havendo o verdadeiro cumprimento da lei, ao se baixar um decreto-lei. Como por exemplo, observar se as matérias bai-

xadas estão realmente ditando sobre segurança nacional, finanças públicas e normas tributárias ou criação de cargos públicos. O ministro afirmou ainda que este controle já ocorreu e continua sendo feito por aquele Tribunal. Porém, esta matéria só é observada pelo Poder Judiciário quando pessoas, que se sentem de qualquer forma atingidas, ou cujo direito foi violado com estes decretos-leis, recorrem ao Procurador-Geral da República, que poderá pedir a revisão da lei ao Supremo Tribunal Federal.

A professora Iduna Evangelina acha porém que o decreto-lei é uma forma anômala de legislar, pois dá ao Presidente da República prerrogativas que o próprio Congresso não tem. A professora acrescentou que «hoje em dia o Executivo legisla muito mais que o Poder Legislativo com os decretos-leis e com os regulamentos». Segundo ela, apenas o Presidente da República tem poderes para legislar sobre certas matérias. «O próprio Congresso não legisla, por exemplo, sobre as normas de natureza financeira e tributária, e que impliquem aumento de despesas, pois só o Presidente da República pode iniciar lei ou projeto de lei sobre este assunto». Segundo a professora, o Poder Executivo tem todos estes poderes devido à atual redação da Constituição, que dá direitos ao Poder Executivo de avançar sobre uma atividade que é típica do Poder Legislativo, qual seja a de legislar. (Jurema Campos)

«O Poder Legislativo precisa criar vergonha». A frase parece ser de um grande jurista, mas não é. O recado-pito foi transmitido pelo Presidente João Figueiredo, em janeiro desse ano, ao deputado Herbert Levy. O que ele não esperava é que o «puxão-de-orelhas», feito confidencialmente, ganhasse espaço nos jornais, indicando assim as dificuldades que o governo iria ter no seu relacionamento com o Congresso recém-eleito, e, inclusive, com o seu próprio partido. A rejeição do 2.024, do 2.036 e do 2.045, juntamente com a campanha do presidente da Câmara, deputado Flávio Marçilio pelas prerrogativas do Congresso; e, mais recentemente, a decretação das medidas emergenciais no Distrito Federal, comprovam o fato.

Ter vergonha, para o Presidente Figueiredo, é, obviamente, acatar. Sim, porque legislar mesmo, não pode. Tanto é assim que na legislatura passada (1979-1982), ou seja, já durante o Governo Figueiredo, enquanto todos os decretos-leis apresentados pelo Executivo foram inapelavelmente aprovados (374), dos 6.826 projetos-

de-lei apresentados pelo Poder Legislativo, apenas 150 receberam aprovação. Os números podem não ser suficientes para dizer se o Parlamento tem ou não vergonha, mas são muito claros quanto à sua impotência.

Não que o Congresso fosse antes operante, independente e eficaz frente às necessidades populares, mas após o golpe militar de 1964, seu raquitismo tornou-se politicamente crônico. O surgimento do instituto do decreto-lei, através do Ato Institucional nº 2, em 1965, baixado pelo general Castello Branco, foi o fator fundamental na castração do Congresso Nacional.

Mais uma vez, os números ajudam a entender melhor o «caráter» do Congresso. No Governo Castello Branco, de um total de 932 novas leis, cerca de 318 surgiram via decreto-lei, enquanto apenas 201 representavam iniciativas do Congresso. No Governo Costa e Silva, embora mais curto, o número de decretos-leis sobe para 486, enquanto o Congresso registra apenas a magra contribuição de 68 instrumentos legais. A Junta Militar, além do desaparecimento de dezenas de brasileiros, foi responsável pela aprovação

de 264 decretos-leis, somente no período de setembro e outubro de 1969.

Durante o torturante período de Médici, o Congresso aprovou 110 novos instrumentos legais, enquanto o Poder Executivo era responsável pela aprovação de 254 decretos-leis, ou seja, mais do que o dobro. A etapa gradual e descompressiva do general Geisel no governo, não chegou a desamoraçar o Congresso: enquanto o Poder Executivo, na base do jamegão, aprovava 357 decretos-leis, o chamado Poder Legislativo ficava com a minoria de 125 instrumentos legais.

Ou seja, é totalmente des-temperada a reclamação sobre a falta de vergonha do Congresso, feita justamente pelo chefe de um governo que edita, em média, um decreto a cada 3 dias. Traduzindo, o Presidente estava mais preocupado em lembrar ao Congresso que pode discutir à vontade, mas legislar é com o Executivo. Sendo assim, não é bem o Parlamento que precisa criar vergonha, mas o Brasil que precisa de eleições diretas para a Presidência da República, para ter um governo legal. (Carlos Alberto)

Decreto-lei: última palavra

Aos olhos da Europa, o Brasil é um país tropical, repleto de mistérios e exotismos. Um lugar onde o sol brilha o ano inteiro, as frutas têm sabores esquisitos e as mulatas são um prato incomparável para os olhos de qualquer turista desaccostumado com as cores dos trópicos. País do futebol, do carnaval e da cachaça, nos últimos 20 anos, ao lado de ananases e palmeiras, o país tropicaliza a exibição uma legislação capaz de saciar qualquer apetite ávido de exotismo e singularidades. Seria cômico se por trás da ironia não se escondesse a tragédia de uma nação vitimada por um regime ditatorial e acostumada a conviver, diariamente, com a outorga de leis e decretos dignos de um romance de Kafka.

Estes fatos saltam aos olhos quando atentamos para a inigualável capacidade do regime em superar-se a si próprio no que se refere à elaboração de casuísticos legais. É uma enxurrada de pacotes, instruções e portarias da qual a expressão mais acabada é o instituto do decreto-lei. Mais perfeita criação da farmácia legislativa do regime, o decreto-lei é um instrumento a toda prova. Com a sua utilização o Executivo prescinde da participação do Poder Legislativo e não tem, sequer, que se dar ao cansativo trabalho

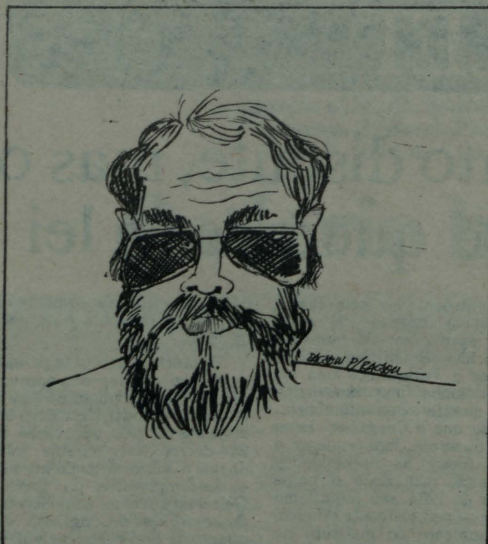
de ouvir a opinião da população — como prova a recente geração de decretos sobre a política salarial, já em sua quinta edição.

O decreto-lei entra na História do Brasil pela Constituição de 37, que o golpe do Estado Novo viria a sepultar. Como se sabe, a ditadura de Vargas dispensou o funcionamento do Congresso, legislando de acordo com os humores do Executivo. A sua «redescoberta» se dá com o golpe de 64 e a edição do Ato Institucional nº 2 em 65, que autorizava o Presidente da República a baixar «decretos-leis sobre matéria de segurança nacional», ou sobre qualquer matéria em caso de recesso «decretado» do Congresso. Com a constituição de 67, são colocadas algumas «restrições» ao instrumento.

A formulação contida na Carta Constitucional promulgada em 67 é baseada, de forma inversa, na legislação italiana. Operou-se, em terras brasileiras, o milagre da transubstanciação pelo qual o vinho missal se transforma no sangue de Cristo, distribuído aos fiéis. Na seara tupiniquim, o prazeroso «chianti» transformou-se em vinagre de desagradável degustação. O instituto do decreto-lei, inscrito na Carta Magna italiana, ob-

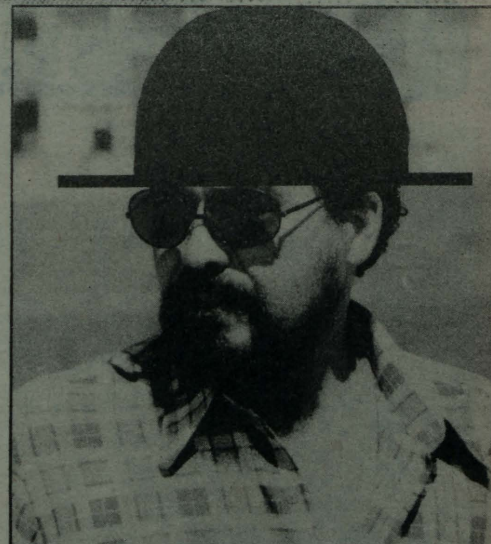
serva que o Chefe de Estado, no uso de suas atribuições pode, em caso de extrema necessidade, baixar decretos-leis de urgência submetidos, num prazo de 60 dias à deliberação do Parlamento. Se, nesse período, o Parlamento não se manifestar, o decreto é considerado automaticamente como rejeitado anulando-se os efeitos advindos desde a sua emissão.

O decreto-lei à moda brasileira estabelece exatamente o contrário. Se num prazo de 60 dias, a partir da data de seu envio pelo Executivo, o Congresso não se manifestar, o decreto entra na pauta de votações por 10 sessões consecutivas. Depois disso, se o Congresso ainda não houver se manifestado, o decreto é considerado aprovado por decurso de prazo. Como as pizzas, tão populares no cotidiano alimentar do brasileiro, o nosso decreto-lei contém uma série de inovações em relação ao similar italiano. Além da inversão de caráter, o Congresso fica proibido de emendá-lo e, se por acaso ele for rejeitado, os seus efeitos não o são, podendo o Executivo legislar indefinidamente já que se um de seus decretos for rejeitado, basta ele produzir outro de igual teor para substituir o antigo e continuar fazer valendo a sua política. (Rodrigo Mesquita).



Racow

Abrir um jornal e procurar sua página de humor, por menor que seja o seu espaço, é o primeiro gesto de milhares de leitores que buscam através de desenhos críticos da política atual, descarregar suas tensões provocadas pela crise que o País atravessa. E só mesmo os cartuns conseguem o milagre de fazer rir um povo que só tem motivos para chorar. Talvez por isto, o cartunista Siroba considere o brasileiro «o povo de maior senso de humor do mundo, porque só a capacidade que ele tem de aguentar desaforo e pouca vergonha, já é suficiente para ser visto assim». Nesta reportagem, os cartunistas Oscar, Siroba e Racow falam sobre os problemas do cartunismo, da censura e do espaço nos jornais.



Siroba

O bom humor num país em crise

Nem mesmo a censura causada por pressões econômicas, a mais questionada entre os cartunistas, nem a restrição no mercado de trabalho, conseguem diminuir ou desestimular o trabalho destes profissionais do humor que, com suas mensagens «muitas vezes dizem mais que um editorial», conforme opinião do Oscar, ilustrador do Correio Braziliense e cartunista.

Pela consciência política destes homens, não fica difícil constatar que não há dificuldade que os faça desistir ou recuar na luta pela divulgação e pelo espaço que os cartuns merecem. E o resultado deste empenho está comprovado em jornais como Folha de S. Paulo, que dedica atualmente uma página somente para o humor.

FACA DE DOIS GUMES

É muito comum que o recado

transmitido pelos cartunistas redundem em várias conotações porque da mesma forma que ridiculariza a figura de grandes dirigentes políticos também pode torná-los simpáticos ao público, popularizando-os. Quem defende este ponto de vista é o Siroba que lembra: «Foi assim que o Getúlio acabou sendo presidente. Foi tão pichado, tão ridicularizado... O resultado todo mundo conhece». Mas o Racow, outro conhecido cartunista, cita um exemplo mais atual: «O Delfim Netto, é, no momento, o cara mais badalado. Na primeira mostra Nikkey de Charge Política, realizada recentemente, de 350 trabalhos expostos, quase a metade girava em torno do Delfim. E o cara é visto de tal maneira, que acaba se tornando popular, apesar de tudo». Fica claro que muito embora não haja uma indução proposital dos cartunistas, mas

apenas uma consequência circunstancial, a intensidade com que líderes políticos aparecem funciona como uma faca de dois gumes.

CENSURA E HUMOR

Atualmente a censura tem sido menos política e mais empresarial, devido a pressões econômicas. Esta é a opinião de alguns cartunistas locais, que para justificar esta afirmativa, citam o comprometimento das empresas jornalísticas com governos, empresa privada, estatais e etc. O Racow explica: a coisa funciona mais ou menos assim: se determinada instituição, empresa, ou seja lá qual for o ramo de atividade, tem o nome do seu dono, ou representante, ou diretor, exposto numa charge, é claro que a empresa que a divulga sofre pressão e conseqüentemente o próprio chargista.

É por isto que a gente tem que estar atento. Não sei se você viu a charge do Lopes sobre o Souza Cruz-Souza Câncer. Aquele cartum deu a maior confusão e houve uma série de pressões. Dá pra entender?»

DIFICULDADES NO MERCADO

A falta de espaço para o cartunista nos jornais é incontestável, fato que os obriga desenvolverem atividades afins como arquitetura, ilustração, diagramação entre outras. É o Oscar quem lembra que até 68 a situação era muito pior.

— A imprensa ainda via a charge com uma certa restrição porque o humor, pela forma como é colocado, aumenta a visão crítica do leitor com relação à situação atual do Brasil e do mundo. Com o aparecimento do Pasquim a coisa mudou bastante e as páginas de jornais e revistas passaram a ganhar espaço, muito embora ainda não seja o ideal, pois o

mercado de trabalho continua pequeno. Aqui em Brasília, só dispomos de espaço no Correio Braziliense e Última Hora.

E acentua: «O Jaime Câmara, dono do Jornal de Brasília, depois que o Figueiredo disse que detestava caricatura, charge, só pra puxar o saco, mandou embora o Gougou, fechando mais uma porta no nosso restrito mercado. Felizmente, ainda existe a imprensa alternativa para os cartunistas que estão começando e através dela podemos mostrar nossos trabalhos».

O consolo dos cartunistas é que muitos jornais e revistas de outros estados estão abrindo mais espaço para o humor. O Oscar cita como um dos exemplos a Folha de S. Paulo, os salões de humor que estão surgindo como o de Pernambuco, Piauí, Belo Horizonte e salões permanentes a exemplo do de Piracicaba.



Um festival de técnica e de mágica

Walter Moura, melhor fotografia pelo filme Parahyba (prêmio dividido com Pedro Farkas, fotógrafo de Inocência) pedia desculpas durante os debates «por ter feito um filme bem feito», respondendo a acusações de «cinemão hollywoodiano» feitas ao filme.

A comparação implícita era com a estética do cinema novo, realizado com poucos recursos, obrigando os cineastas a malabarismos e improvisações. Os filmes apresentados no Festival porém, pela qualidade técnica e artesanal, estão bem longe destes padrões.

O «plástico»

O filme de Adrian Cooper, o

curta Chapeleiros (prêmio melhor direção e fotografia) é um exemplo desta posição: são 24 minutos no cotidiano trabalho de uma antiga fábrica de chapéus, sem palavras, sem discursos — apenas o som direto, ruídos e música — a predominância do elemento plástico do filme.

«O filme dá a mesma importância ao som e à imagem» afirmava Cooper. A seu lado, Walter Lima Jr. (melhor diretor, Inocência) lembrava Humberto Mauro — «Cinema é cachoeira e complementava: «É preciso chegar à natureza devagarinho, se não ela se esconde».

O cuidado artesanal

Este cuidado artesanal pode ser notado em quase todos os filmes da mostra. A artesanaria de Tizuka — num filme que custou a considerável quantia (em termos de cinema nacional) de 170 milhões de cruzeiros — foi premiada pelo júri, que o escolheu como melhor trilha sonora, melhor cenografia (Yurika Yamasaki) além do prêmio de melhor filme pelo júri popular.

A mesma artesanaria esmerada pôde ser notada em Inocência de Walter Lima Jr., escolhido melhor diretor. A maior sensibilidade da película, um

melhoramento da indústria fotográfica, permitiu a Farkas (melhor fotografia) a utilização do claro escuro, das sombras e até de elementos naturais como a lua, conferindo ao filme, um clima quase sensual, «hiper-realista, onírico» segundo o diretor.

A intenção de Walter Lima era «fazer uma parábola sob o estado de inocência do brasileiro, do autoritarismo, uma aproximação do ser brasileiro». É discutível se o que consegue não é uma bem produzida e competente novela, com diálogos à beira da pieguice, com risos na plateia. Os críticos porém gostaram, outorgando ao diretor um

prêmio especial por sua segura condução.

Mágicas

A mágica porém tomou conta do festival. E em dois momentos. O primeiro, a «viagem» de O Mágico e o Delegado, melhor filme e melhor ator (Nelson Xavier), um filme que surpreendeu a todos, a cada plano, a cada sequência. Fernando Coni Campos, o diretor («Ladrões de Cinema» — 1977) pediu e obteve a cumplicidade da plateia.

Segundo momento: Nice Marinelli, a Janete de Chico Botelho foi apontada a melhor atriz. (Armando Bulcão)



Fotos: Hélio Vieira

Nas lojas vazias Papai Noel espera sentado...

Contenção até quando?

«Bicos» como solução

Com a crise econômica, a classe média vem sofrendo constantes abalos no orçamento familiar e por isso está abrindo mão até dos valores que considera mais importantes, como a educação e a religião. Dona Olézia de Souza, funcionária pública, atingida pela alta crescente do custo de vida, pensa em transferir os filhos da escola particular para a pública. Há também quem já deixou até de ir à Igreja por falta de dinheiro para a condução, como é o caso de dona Conceição, funcionária do Ministério das Comunicações.

O lazer para muita gente passou a ser um luxo. Para uma servidora pública, que mora no Guarã e não quis se identificar, viajar por exemplo deixou de ser hábito há muito tempo. Suas férias são dedicadas ao lazer mais barato: «Curtir» sua própria casa. E acrescentou: «De vez em quando, eu e meus filhos vamos a pé até o zoológico».

Assiste-se a uma verdadeira guerra de contenção de despesas em cada lar. O trabalhador não sabe mais de onde tirar para conseguir sobreviver, é o que confirma Jurandir Alves Silva, funcionário do Ministério dos Transportes. «A tendência é diminuir em qualidade e quantidade». Segundo ele, sua família vem sentindo os reflexos da crise desde 73, quando começou a «racionalizar» em todas as áreas. «Se antes a gente ia ao cinema duas vezes ao mês, nós passamos a ir menos vezes e hoje a gente não vai mais». E continua: «Eu aprendi a usar melhor o carro. Agora só em casos de emergência».

Mesmo com todas as dificuldades financeiras, ainda há quem considere o funcionário público brasileiro um privilegiado pelo transporte gratuito e pelos apartamentos funcionais.

Mudança social é a solução

«Só haverá solução para a atual crise econômica na medida em que a classe média, não como força isolada, mas juntamente com todos os segmentos da sociedade, ocupar o seu espaço, e entrar num processo de reconstrução da economia, da política e da moral brasileira» afirmou o secretário do Sindicato de professores no DF, Geraldo Tadeu de Araújo.

O professor Tadeu faz severas críticas ao atual modelo econômico que «insiste em estrangular o assalariado e submetê-lo de maneira servil ao sistema capitalista».

A classe dos professores em Brasília, considerada por muitos como «privilegiada», também se sente atingida pela crise econômica que assola o país, conforme explica o secretário. «O professor do DF, apesar de possuir mais renda, enfrenta uma série de situações que professores de outros estados não enfrentam com tanta intensidade, como por exemplo, um custo de vida dos mais altos do país».

É na hora do arrocho que entra em ação o famoso «jeitinho» brasileiro. Para compensar o baixo salário, o funcionário tem em geral que arranjar trabalhos extras e virar um mascote, um camelo, como explica um funcionário do Ministério das Comunicações. «Não é só no nosso ministério, em todos é assim. Existe um verdadeiro comércio lá dentro, isso porque a única maneira que o trabalhador público tem para sobreviver é fazendo seus «bicos». Dentre os mais comuns estão: vendas de roupas, produtos de beleza, lenços, roupas de cama, rendas, mel e queijo, ovos de galinha caipira, jóias, comércio de dólar no câmbio negro e comissões por jogo da loteria e loteca». Para muitos, nem os «bicos» resolvem, diz dona Antônia R. Sá, vendedora de roupas e jóias. «Ninguém tá tendo dinheiro para comprar essas coisas. Só dá mesmo para comer».

Nos ministérios de tudo se encontra, até o servidor que exerce outras funções fora de seu expediente. E o caso de um fiscal de tributos que dá aula nas Faculdades Particulares e de uma servidora que aproveita as noites livres para costurar para fora.

Propostas

O descontentamento do funcionalismo é geral e há quem ache, como uma funcionária do Ministério das Comunicações, que o boicote amplo é a forma de exigir o congelamento dos preços, ao menos para os produtos de primeira necessidade.

E agora José? A festa acabou e só restou a saudade dos «bons tempos» de uma classe que acreditou piamente no «milagre brasileiro». (Maria Cristina e Walcyra Santiago)

REFLEXOS

O professor Tadeu disse que no último mês, principalmente, sentiu no seu orçamento os reflexos da crise. «Antes eu ganhava menos e assumia muito mais compromissos do que agora, depois que meu salário foi reajustado. Isto porque a política econômica vem estrangulando o poder de compra da gente».

Se para o professor da rede oficial a situação não é das melhores, pior está para os que lecionam em estabelecimentos particulares, que, apesar de cobrarem dos alunos uma mensalidade assustadora, pagam muito mal aos seus professores. Por isso, o desejo da classe de ingressar na Fundação Educacional é grande. Para se ter uma ideia, o número de normalistas inscritos no último concurso para professor classe «A» foi de 9 mil candidatos, que disputarão 500 vagas. Toda esta concorrência por um salário de 113 mil cruzeiros. (Walcyra Santiago e Heloisa Helena Vieira).

Classe média: o fim está bem próximo

A classe média brasileira está falindo. Considerada a classe forte, responsável pela dinamização da economia, a classe média perde, dia após dia, o seu poder de aquisição, desacelerando o processo econômico e afetando todos os segmentos da sociedade. A política salarial, proposta pelo Governo, leva ao agravamento dessa situação, uma vez que reduz ainda mais o poder de compra da faixa intermediária da nossa população.

Diante dessa situação, a classe média procura se defender. No início, cortam-se as regalias, não se faz mais poupança pensando nas férias; depois, promove-se uma reformulação nos hábitos alimentares, na educação dos filhos; e, finalmente, todos os tipos de supérfluos são evitados. Contudo, os mecanismos de defesa da classe média, longe de serem soluções definitivas, são apenas paliativos que transferem seus problemas para o futuro.

O economista Dércio Munhoz, professor da Universidade de Brasília, considera que, para certas faixas de salários, a mudança de hábitos é uma solução que dura pouco tempo. Dércio Munhoz cita o exemplo de um técnico que ganha em torno de um milhão de cruzeiros. «Em um semestre ele perderá, pela nova lei salarial, um pouco mais de 20% da sua renda. Em dois semestres a perda será de 45% da renda, ou seja, quase a metade. Como é que ele vai se arranjar? Não há possibilidade de um rearranjo, do tipo: come mais isso, menos aquilo; não pode usar o carro. Mas se não pode usar o carro, não pode pagar aluguel também...»

PRESSÃO E CHANTAGEM

Dércio Munhoz defende uma postura negociadora por parte do Brasil para tentar superar as dificuldades econômicas, antes que o país acabe. «O Brasil está sofrendo uma pressão e uma chantagem internacional e cedeu a elas achando ser esta a solução, quando não é bem assim». Segundo o economista, a solução para os problemas brasileiros não está em aceitar a política imposta pelo FMI, mas em discutir. «A questão é debater a origem dos problemas que acabaram justificando, pelo lado do Governo, o surgimento dos decretos dos salários, que constituem uma política insana».

O professor Dércio Munhoz concorda em que a classe média está sofrendo muito com os efeitos da atual política econômica do Governo, mas chama a atenção para o fato de que o achatamento da classe média não constitui um problema localizado. «Não existe isso de dizer que prejudica esse e não prejudica aquele. Quando estamos dizendo que o técnico não vai poder utilizar o carro, isso significa que o bombeiro do posto, vai perder o emprego. Por isso, o processo é de desorganização econômica e social».

BRASÍLIA

A atual proposta do Governo para o reajuste dos salários afetará bastante a população de Brasília, uma vez que esta capital possui profissionais qualificados em todas as áreas, recebendo salários dentro da faixa mais atingida pelo decreto 2065. A diferença, ou defasagem, entre o aumento do compromisso — aluguel, prestação da casa própria — e o aumento da receita alcança uma amplitude insuportável. Dessa forma, Brasília, afirma Dércio Munhoz, sofreria mais, «pois essas políticas salariais que estão vindo aí têm um efeito tal sobre o país que são impossíveis de serem efetivadas».

«Nunca nenhum país passou pela experiência que o Brasil está passando agora, ou seja, a de desmontar a sociedade pra ver o que acontece». Dércio Munhoz chama a política econômica do Governo de «genocídio» e diz que ninguém pode prever que país restará dessa experiência, ou mesmo se restará algum país.

QUEDA DO CONSUMO

Para Athayde Passos, Diretor de Relações Públicas do Clube de Diretores Lojistas de Brasília e gerente-geral do Ponto Frio, o Decreto 2065 — uma extensão do 2064 — aliviou um pouco a classe média, embora o achatamento ainda exista. Athayde comenta que tem havido uma queda substancial do consumo e que essa queda já atingiu inclusive os produtos alimentícios. O Diretor Athayde Passos considera que a principal preocupação dos comerciantes, quanto à implantação do novo decreto, é a taxa de ICM, que vai afetar outra vez o consumidor. (Dércio Rodrigues e M^a Amélia).



... aqueles que ainda acreditam na fantasia das promoções.

Cartum: o editorial que faz rir

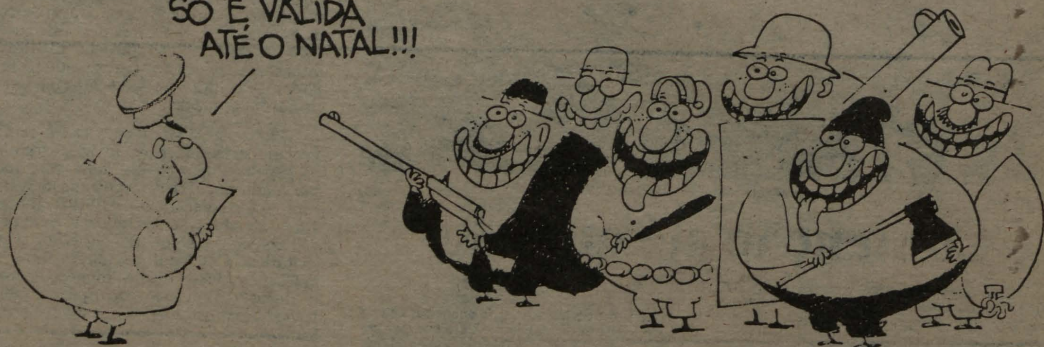
Desenhos que dizem. Mensagens que chegam a mentes ansiosas por descontração. Mensagens que dão recado. E o momento de rir. Olhos atentos, fixos no papel, sorvem com avidez a colocação dos acontecimentos. Tanto melhor se o Delfim é o alvo mais atingido. A alma sofrida do povo precisa ser lavada. Aquele é o momento da desforra. Eis porque a importância do cartum não está restrita ao pequeno espaço que lhe é atribuído. Ele é o documento da sua época. Com uma crítica meio burlesca, denuncia o avesso das coisas, ridiculariza a figura dos governantes e conta a história do nosso sistema político, econômico e social de modo peculiar e muitas vezes inesperado. Bem humorado, consegue o milagre de aliviar a tensão de um povo que está sempre na retaguarda, na expectativa de um novo pacote. O pequeno editorial, transmitido por desenhos e bem poucas palavras, é temido, respeitado e odiado pelos homens do poder que detestam ver suas figuras e atitudes grotescamente criticadas e desnudadas nas páginas dos veículos de comunicação. Não é por acaso que o nosso Presidente detesta caricatura. E foi provavelmente por saber deste pequeno detalhe que o **Jornal de Brasília** eliminou de sua edição o humor do Gougou, conhecido cartunista, cercando mais ainda o mercado de trabalho. Mas a luta dos cartunistas continua e não é ingloria. Suas vitórias já se fazem sentir nas páginas de importantes jornais e revistas de todo o país.

Texto de
Lêda Maria

Charges de
Oscar,
Racsow,
Nani e
Siroba

Oscar
diretamente
de Brasília

E
aproveitem!!!
ESSA PROMOÇÃO
SÓ É VÁLIDA
ATÉ O NATAL!!!



Oscar

...VAMO
TENTAR
UMA
MAXI?

...NÃO É
MELHOR
TENTAR SÓ
O TRIVIAL
NÉGA?!

